



viva **pesca**

Guia de Construção de Acordos de Pesca no Rio Canaticu

Curralinho | Marajó | PA
Uma experiência de conservação



PETROBRAS



**INSTITUTO
Peabiru**

Sumário

- 7 Apresentação
- 12 Introdução
- 14 Histórico dos Acordos de Pesca
- 16 Em Construção
- 20 Em Construção
- 25 Em Construção

Créditos

Realização

Instituto Peabiru

Autoria

Hermógenes Sá
João Meirelles

Fotos

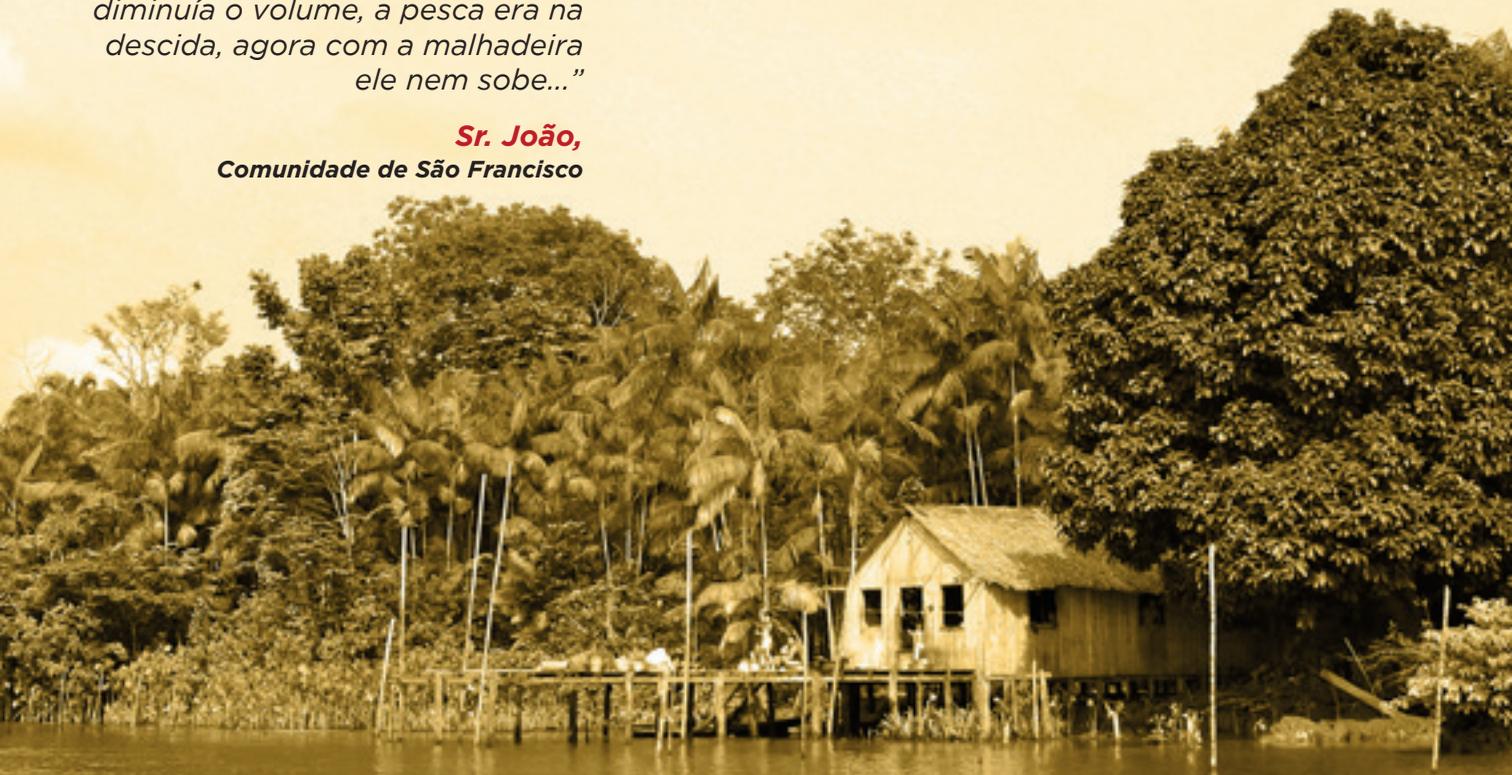
Equipe Viva Pesca

Design

Mapinguari Design

“... O Aracu, na época do pari ¹ não diminuía o volume, a pesca era na descida, agora com a malhadeira ele nem sobe...”

Sr. João,
Comunidade de São Francisco



¹ Arte de pesca que consiste numa grade tecida com talas de Jupatí (palmeira) e trançada com cipós, formando um tipo de cerca. Tem em média entre 1 a 2 metros de altura e a largura varia de acordo com as dimensões do igarapé.

*“... Saí pra pegar um acamarão
a noite, só consegui pegar 16
camarões na maré seca...”*

Sr. Silvio,
RESEX Terra Grande Pracuúba





*“... Se não tiver lei, tudo vai acabar,
os peixes, os camarões, tudo,..., aí
como que nossos filhos e netos
vão ter?...”*

***Sr. Raimundo,
Comunidade do Livramento***



Apresentação

Em 2010, o Instituto Peabiru iniciou o Programa Viva Marajó, com o objetivo de contribuir para a implementação e consolidação de áreas protegidas do Arquipélago do Marajó, para a melhoria da qualidade de vida, a conservação da biodiversidade e da cultura e promoção da sustentabilidade. O primeiro projeto deste Programa foi financiado pelo Fundo Vale, e iniciou com uma pesquisa científica, um amplo diagnóstico socioeconômico regional, o Escuta Marajó.

11

Esta pesquisa de caráter qualitativo ouviu diferentes segmentos da população marajoara – de representantes do poder público ao caboclo ribeirinho –, em todos os 16 municípios que compõem o território. Como resultado, obteve-se um panorama geral sobre o território, desde a identificação de problemas gerais, principalmente relacionados à falta de implementação de políticas públicas, a ações bem sucedidas – como o processo de regularização fundiária, através dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Essa pesquisa também identificou o notável avanço da organização social no município de Curralinho, mais precisamente, no Rio Canaticu.

12

Neste rio, mais de 25 Associações de produtores extrativistas se uniram em uma Central de Associações – a Central de Associações do Rio Canaticu. Esta foi criada em 2006 para negociar para as famílias ribeirinhas melhores condições de preço com os atravessadores de açaí. Este arranjo possibilitou um significativo fortalecimento dessas famílias em prol da solução de problemas comuns.

É neste cenário que, em 2012, nas apresentações dos resultados do Escuta Marajó em Curralinho, o Instituto Peabiru foi procurado por lideranças locais, especialmente da Colônia de Pescadores Z-37, e da coordenação do Núcleo Diretivo do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó, para contribuir com o enfrentamento da sensível diminuição

dos estoques pesqueiros do Rio Canaticu. A partir deste debate, elege-se a temática dos “Acordos de Pesca Comunitários” como o mecanismo para superar o acesso a este recurso natural.

13

Daí surge o Projeto Marajó Viva Pesca, como legítima demanda das comunidades do Rio Canaticu, e que expressa a determinação dos marajoaras para resolver seus próprios problemas, como verdadeiros protagonistas de sua história. Em 2013, o Marajó Viva Pesca é aprovado em Edital do Programa Petrobrás Ambiental, da Petrobras e Governo Federal, para ser realizado em dois anos. Trata-se do único projeto aprovado para o Estado do Pará neste edital. Este documento trata do processo de implementação deste projeto e o registro metodológico dos Acordos de Pesca do Rio Canaticu. Espera-se, desta forma, que sirva como guia para outras iniciativas em realidades tão complexas quanto à destas famílias.



Fic te sediti offic te odiorrum
pores volupto pores volupto pores volupto

Introdução

A pesca tradicional na Amazônia é uma das atividades sociais produtivas mais antigas. Ocorre em ambientes costeiros, estuarinos e dulcícolas e associa-se a outras atividades, como o extrativismo vegetal e a agricultura familiar. A pesca é exercida por meio de técnicas simples e usualmente, obedecem a questões sazonais, em função das características e do comportamento dos recursos pesqueiros.

16

No Rio Canaticu, em Curralinho, na Mesorregião do Marajó, a pesca apresenta grande relevância perante a segurança alimentar. As práticas são exercidas por gerações, e compõem o repertório de saberes e fazeres locais destas populações.



17



Histórico dos Acordos de Pesca

A partir da década de 1950, o Governo Federal lançou diferentes programas de desenvolvimento para a Amazônia, buscando implementar políticas e projetos de infraestrutura, para promover o crescimento econômico e sua integração ao restante do país. Foram introduzidas novas tecnologias para a pesca, como o uso de fio de nylon, o barco a motor, a armazenagem, com o uso de fábricas de gelo e urnas frigoríficas. Estas novas tecnologias resultaram em modificações nas embarcações pesqueiras e uma maior autonomia e capacidade de captura.

Contudo, o significativo aumento de embarcações, seja da pesca empresarial, seja de uso local, e o acesso a áreas até há pouco não visitadas, resultou em dilapidação de estoques pesqueiros em diversas regiões, coletando-se mais que a capacidade natural de regeneração natural das espécies. Entre outros impactos, mencione-se, ainda, o aumento da poluição das águas pelo manuseio inadequado de combustíveis, o aumento de casos de doenças relacionadas a esta

18

poluição, bem como o crescimento da prostituição infantil, devido ao grande fluxo de embarcações comerciais.

19

Entre os principais impactos desta mudança tecnológica está o aumento da insegurança alimentar e o impacto negativo na geração de renda de milhares de famílias, impactando economicamente centenas de comunidades ribeirinhas, que tinham na pesca sua subsistência ou fonte complementar de renda.

A partir da década de 1970, cresce a intervenção do poder público federal e estadual, no sentido de disciplinar a captura, estabelecer períodos de defeso, regras para uso de materiais e subsídios de diversas naturezas para o fomento à pesca “profissional”, também conhecida como pesca empresarial.

Nos anos 1980 em diante, surgem de maneira espontânea na Amazônia movimentos de pescadores artesanais, motivados pela redução desses estoques pesqueiros e dos conflitos com as

20 frotas empresariais. Na região do Baixo Amazonas, os pescadores tradicionais do Lago Maicá e Ituqui e na localidade de Arapixuna, município de Santarém - PA, resolvem estabelecer regras para a pesca, em decorrência da forte presença de geleiras nos lagos (pesca empresarial), o que resultou em diversos conflitos.

Pelos mesmos motivos, surgem movimentos no Baixo Tocantins, com o agravante de que a Hidrelétrica de Tucuruí apresenta-se como fator permanente para a diminuição do pescado e consequente acirramento dos embates, especialmente nos municípios de Cametá e de Limoeiro do Ajurú. Estes conflitos e posteriores resoluções entre as décadas de 1980 e 1990 culminam, a partir dos anos 2000, nas políticas públicas de gestão comunitária dos recursos pesqueiros.

Em 2002, a partir dessas experiências de manejo comunitário da pesca na região amazônica, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), publica a Instrução Normativa

21 IN nº 29, de 31 de dezembro de 2002, um marco em prol da gestão sustentável dos recursos pesqueiros.

Este documento regulamenta os Acordos de Pesca comunitários por considerar que são *“importantes como estratégia de administração pesqueira”*, pois regulam a pesca *“de acordo com os interesses da população local e com a preservação dos estoques pesqueiros”*. Tomando como modelo o sucesso dos casos citados acima, os técnicos dos órgãos ambientais passam a compreender que através desses acordos comunitários de acesso aos recursos pesqueiros há um ganho real para estes pescadores tradicionais. Isto tanto em termos de incremento produção e capital social, como a recuperação das espécies em termos ambientais.

De maneira resumida, os Acordos de Pesca permitem administrar os recursos pesqueiros por meio da Gestão Compartilhada. Esta gestão envolve tanto as comunidades ribeirinhas, como as instituições governamentais, organizações

da sociedade civil, associações locais, cooperativas, sindicatos (colônias de pesca), e todos os interessados na atividade pesqueira.

22

Para cada situação, o Acordo de Pesca define regras locais, seja validando regras informais existentes ou criando novas regras. Podem-se estabelecer, por exemplo:

a) *limites de captura em relação ao volume como ao tamanho do pescado;*

b) *restrições da atividade em áreas de reprodução e crescimento das espécies em determinadas épocas;*

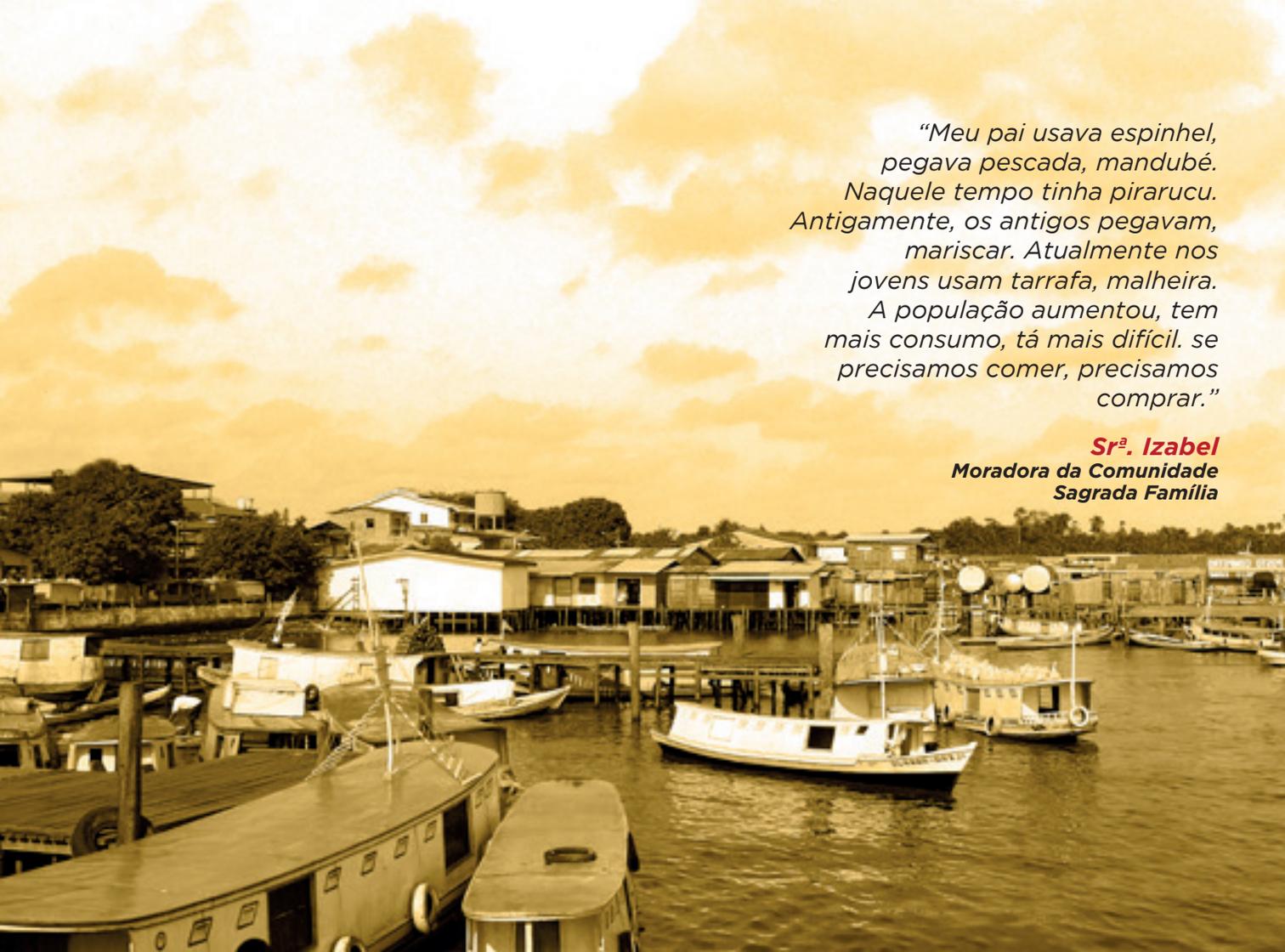
c) *proibições de apetrechos de pesca que, reconhecidamente, ocasionam danos ao meio ambiente;*

d) *limitações a embarcações com alta capacidade de captura; bem como, outras regras que sejam consideradas relevantes pela população envolvida no acordo.*

No caso do Rio Canaticu, os acordos visam, principalmente, a conservação dos estoques. Em termos da história dos acordos de pesca na Amazônia, trata-se de caso ímpar, na medida que a maioria visa a resolução de conflitos com atores externos. Para os pescadores locais, em especial aos mais antigos, há uma significativa redução dos estoques pesqueiros, tanto em tamanho individual, quanto em volume pescado. Isto se deve, principalmente, à má utilização de artes e apetrechos de pesca, resultando em pesca predatória.

23





*“Meu pai usava espinhel,
pegava pescada, mandubé.
Naquele tempo tinha pirarucu.
Antigamente, os antigos pegavam,
mariscar. Atualmente nos
jovens usam tarrafa, malheira.
A população aumentou, tem
mais consumo, tá mais difícil. se
precisamos comer, precisamos
comprar.”*

Sr^a. Izabel
***Moradora da Comunidade
Sagrada Família***

Instituto Peabiru

Rua Ó de Almeida, 1083 | Reduto
66053-190 | Belém | PA
+55 (91) 3222-6000

Realização



Apoio



CODETEM
Colegiado de
Desenvolvimento
Territorial do Marajó

Colônia de
Pescadores 2-37

Patrocínio



PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA